



Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Abril/2016

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

### Concurso Público para provimento de cargo de **Analista Judiciário – Área Apoio Especializado** **Especialidade Contadoria**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer tipo de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 10, considere o texto abaixo.

*Depois que se tinha fartado de ouro, o mundo teve fome de açúcar, mas o açúcar consumia escravos. O esgotamento das minas – que de resto foi precedido pelo das florestas que forneciam o combustível para os fornos –, a abolição da escravatura e, finalmente, uma procura mundial crescente, orientam São Paulo e o seu porto de Santos para o café. De amarelo, passando pelo branco, o ouro tornou-se negro.*

*Mas, apesar de terem ocorrido essas transformações que tornaram Santos num dos centros do comércio internacional, o local conserva uma beleza secreta; à medida que o barco penetra lentamente por entre as ilhas, experimento aqui o primeiro sobressalto dos trópicos. Estamos encerrados num canal verdejante. Quase podíamos, só com estender a mão, agarrar essas plantas que o Rio ainda mantinha à distância nas suas estufas empoleiradas lá no alto. Aqui se estabelece, num palco mais modesto, o contato com a paisagem.*

*O arrabalde de Santos, uma planície inundada, crivada de lagoas e pântanos, entrecortada por riachos estreitos e canais, cujos contornos são perpetuamente esbatidos por uma bruma nacarada, assemelha-se à própria Terra, emergindo no começo da criação. As plantações de bananeiras que a cobrem são do verde mais jovem e terno que se possa imaginar: mais agudo que o ouro verde dos campos de juta no delta do Bramaputra, com o qual gosto de o associar na minha recordação; mas é que a própria fragilidade do matiz, a sua gracilidade inquieta, comparada com a suntuosidade tranquila da outra, contribuem para criar uma atmosfera primordial.*

*Durante cerca de meia hora, roamos por entre bananeiras, mais plantas mastodontes do que árvores anãs, com troncos plenos de seiva que terminam numa girândola de folhas elásticas por sobre uma mão de 100 dedos que sai de um enorme lótus castanho e rosado. A seguir, a estrada eleva-se até os 800 metros de altitude, o cume da serra. Como acontece em toda parte nessa costa, escarpas abruptas protegeram dos ataques do homem essa floresta virgem tão rica que para encontrarmos igual a ela teríamos de percorrer vários milhares de quilômetros para norte, junto da bacia amazônica.*

*Enquanto o carro geme em curvas que já nem poderíamos qualificar como “cabeças de alfinete”, de tal modo se sucedem em espiral, por entre um nevoeiro que imita a alta montanha de outros climas, posso examinar à vontade as árvores e as plantas estendendo-se perante o meu olhar como espécimes de museu.*

(Adaptado de: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Coimbra, Edições 70, 1979, p. 82-3)

1. O excerto, que narra a passagem de Lévi-Strauss por Santos, rumo a São Paulo,
  - (A) representa com minúcia uma natureza que foi preservada graças ao desenvolvimento de Santos, impulsionado pelo cultivo do café.
  - (B) descreve a natureza pujante da região, a despeito de seu desenvolvimento econômico, a ponto de recorrer a imagens de cunho religioso para melhor ilustrar seu ponto de vista.
  - (C) tece juízo de valor a respeito do desenvolvimento econômico do Brasil, tendo como pano de fundo sua riqueza natural inexplorada.
  - (D) compara a natureza litorânea de Santos à encontradiça junto ao leito do rio Bramaputra, com vistas a mostrar, paralelamente, o quão luxuriante é a natureza brasileira.
  - (E) lamenta o comércio que teria destruído praticamente toda a beleza natural, reduzindo-a a pequenos e secretos lugares, observáveis apenas em expedições como a que conduzia.

---

2. Em relação à primeira parte da frase, o segmento ...*orientam São Paulo e o seu porto de Santos para o café* (1<sup>o</sup> parágrafo) expressa:
  - (A) finalidade.
  - (B) causa.
  - (C) decorrência.
  - (D) conformidade.
  - (E) proporcionalidade.

---

3. No primeiro período do segundo parágrafo, as duas orações que não se subordinam a nenhuma outra contêm os seguintes verbos:
  - (A) conserva – experimento
  - (B) terem ocorrido – conserva
  - (C) tornaram – penetra
  - (D) tornaram – experimento
  - (E) conserva – penetra



4. Considere as frases abaixo.
- O segmento que se estende de *uma planície inundada* até *uma bruma nacarada* (3º parágrafo) constitui explicação do termo antecedente, de maneira que poderia ser iniciado por “que é”, sem prejuízo para o sentido.
  - Neste mesmo segmento, as vírgulas poderiam ser substituídas por ponto-e-vírgulas, uma vez que se trata de uma sequência de características atribuídas a um mesmo termo.
  - No mesmo período, a oração iniciada por *emergindo* pode tanto subordinar-se a *assemelha-se* como a *Terra*.
- Está correto o que consta em
- III, apenas.
  - I, II e III.
  - I e II, apenas.
  - I e III, apenas.
  - II, apenas.
- 
5. A alteração da voz do verbo *poder*, nas duas vezes em que ocorre no último parágrafo, deverá resultar nas seguintes formas, respectivamente:
- se poderia – se pode
  - poder-se-ia – podem-se
  - poderiam-se – pode-se
  - se poderiam – podem-se
  - se poderiam – se pode
- 
6. Mantendo-se a correlação verbal na primeira frase do texto, a substituição de *Depois que* por “Caso”, acarretará as seguintes mudanças nas formas verbais:
- fartasse – terá – iria consumir
  - fartara – tivera – consumira
  - teria fartado – teria tido – teria consumido
  - tenha fartado – terá – consumirá
  - tivesse fartado – teria – consumiria
- 
7. A oração *... de tal modo se sucedem em espiral...* (último parágrafo):
- expressa a consequência da oração precedente, além de introduzir matiz de intensidade.
  - além de introduzir a causa da oração anterior, expressa certo grau de intensidade.
  - além de introduzir complemento de modo ou instrumento, expressa uma consequência.
  - expressa condição, aliada a certo grau de proporcionalidade.
  - expressa concessão, resultante de uma relação de proporcionalidade.
- 
8. *As plantações de bananeiras que a cobrem...* (3º parágrafo)  
*... com troncos plenos de seiva que terminam numa girândola de folhas...* (4º parágrafo)  
*... que sai de um enorme lótus castanho e rosado...* (4º parágrafo)
- Os pronomes sublinhados referem-se respectivamente a:
- bruma – seiva – mão
  - planície – troncos – mão
  - planície – troncos – dedos
  - Terra – seiva – mão
  - bruma – troncos – dedos
- 
9. Uma redação alternativa para o segmento *... mas é que a própria fragilidade do matiz, a sua gracilidade inquieta, comparada com a suntuosidade tranquila da outra, contribuem para criar uma atmosfera primordial* (3º parágrafo), sem prejuízo da correção e do sentido, está em:
- conquanto seja a fragilidade mesma do colorido, aliada à graciosidade fugaz, em contraposição à riqueza consolidada da outra, que contribui para a formação de um clima primaz.
  - não obstante a própria instabilidade da coloração, à sua gratuidade pode-se comparar o fausto despreocupado da outra, que contribui para instaurar um ambiente primevo.
  - todavia, é devido à própria fragilidade do tom – à sua graciosidade irrequieta – posta em paralelo com o fausto inabalável da outra, que contribui para inventar um ambiente primordial.
  - mas é, no entanto, a própria delicadeza do matiz, sua gratuidade inconstante, que, comparada ao luxo estável da outra, contribui para a conformação de um meio ambiente ancestral.
  - é, todavia, porque a própria fragilidade da coloração e a sua graciosidade instável, comparada ao fausto tranquilo da outra, contribuem para conformar uma ambientação primitiva.



10. As orações reduzidas ...*para encontrarmos igual a ela...* (4º parágrafo) e ...*estendendo-se perante o meu olhar...* (último parágrafo), no contexto em que ocorrem, podem ser distendidas da seguinte forma:

- (A) para que tivéssemos encontrado igual a ela / de modo que se estendem perante o meu olhar
- (B) para que encontremos igual a ela / as quais se estendem perante o meu olhar
- (C) para que encontrássemos igual a ela / que se estendem perante o meu olhar
- (D) para que encontrássemos igual a ela / quando se estendem perante o meu olhar
- (E) para que encontremos igual a ela / desde que se estendam perante o meu olhar

**Atenção:** Para responder às questões de números 11 a 15, considere o texto abaixo.

*Estava mal chegando a São Paulo, quando um repórter me provocou: "Mas como, Chico, mais um samba? Você não acha que isso já está superado?" Não tive tempo de me defender ou de atacar os outros, coisa que anda muito em voga. Já era hora de enfrentar o dragão, como diz o Tom, enfrentar as luzes, os cartazes, e a plateia, onde distingi um caro colega regendo um coro pra frente, de franca oposição. Fiquei um pouco desconcertado pela atitude do meu amigo, um homem sabidamente isento de preconceitos. Foi-se o tempo em que ele me censurava amargamente, numa roda revolucionária, pelo meu desinteresse em participar de uma passeata cívica contra a guitarra elétrica. Nunca tive nada contra esse instrumento, como nada tenho contra o tamborim. O importante é Mutantes e Martinho da Vila no mesmo palco.*

*Mas, como eu ia dizendo, estava voltando da Europa e de sua música estereotipada, onde samba, toada etc. são ritmos virgens para seus melhores músicos, indecifráveis para seus cérebros eletrônicos. "Só tenho uma opção, confessou-me um italiano – sangue novo ou a antimúsica. Veja, os Beatles, foram à Índia..." Donde se conclui como precipitada a opinião, entre nós, de que estaria morto o nosso ritmo, o lirismo e a malícia, a malemolência. É certo que se deve romper com as estruturas. Mas a música brasileira, ao contrário de outras artes, já traz dentro de si os elementos de renovação. Não se trata de defender a tradição, família ou propriedade de ninguém. Mas foi com o samba que João Gilberto rompeu as estruturas da nossa canção. E se o rompimento não foi universal, culpa é do brasileiro, que não tem vocação pra exportar coisa alguma.*

*Quanto a festival, acho justo que estejam todos ansiosos por um primeiro prêmio. Mas não é bom usar de qualquer recurso, nem se deve correr com estrondo atrás do sucesso, senão ele se assusta e foge logo. E não precisa dar muito tempo para se perceber "que nem toda loucura é genial, como nem toda lucidez é velha".*

(Adaptado de: HOLANDA, Chico Buarque de, *apud* Adélia B. de Menezes, **Desenho Mágico**: Poesia e Política em Chico Buarque, São Paulo, Ateliê, 2002, p. 28-29)

11. De acordo com o texto,

- (A) o convívio harmônico entre as mais variadas tendências é característica encontrada não apenas em nossa música, mas também em artistas europeus.
- (B) muito embora o samba seja parte da nova música, o que caracteriza essencialmente sua originalidade se deve à influência externa.
- (C) se os elementos novos na música não devem ser descartados peremptoriamente, tampouco a grande inovação menospreza o que a precede.
- (D) foi a partir do exemplo estrangeiro que João Gilberto soube revolucionar a música brasileira, ainda que os elementos para tanto sejam essencialmente locais.
- (E) há uma nítida diferença entre a música brasileira e a europeia, já que aquela se caracteriza, ao contrário desta, por uma ausência de diálogo com a tradição.

12. Depreende-se da frase ... *nem toda loucura é genial, como nem toda lucidez é velha* que

- (A) a loucura, o mais das vezes, é vista como uma característica que marca a singularidade, enquanto a lucidez é um atributo costumeiro da velhice.
- (B) essas duas características, lucidez e loucura, devem ser vistas com reserva, uma vez que a fronteira entre ambas nem sempre é clara.
- (C) as inovações, por mais lúcidas que sejam, devem algo à loucura, pois é mediante o abandono da causalidade natural que se obtém algo inusitado.
- (D) ambas as características podem conviver em obras de arte de vanguarda, uma vez que não são conflitantes.
- (E) a genialidade pode ter algo de lucidez, embora, para que isso ocorra, tenha de negar a loucura, podendo ocorrer o inverso, o que caracteriza essencialmente a inovação.



13. No segmento ... *nem se deve correr com estrondo atrás do sucesso, senão ele se assusta e foge logo* (3º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído, mantendo-se a lógica e o sentido original, por:
- (A) exceto se
  - (B) salvo
  - (C) do contrário
  - (D) não obstante
  - (E) por mais que

14. Considere as afirmativas abaixo.

- I. O termo "coisa" (1º parágrafo) pode ser substituído por "o" com função de pronome, uma vez que, no período, retoma o segmento que o antecede.
- II. As orações "de atacar os outros" (1º parágrafo) e "de defender a tradição" (2º parágrafo) servem de complemento ao sentido do verbo a que se referem.
- III. Na frase *Mas foi com o samba que João Gilberto rompeu...* (2º parágrafo), o pronome "que" retoma "samba", além de ser elemento subordinante a introduzir uma nova oração.

Está correto o que consta de

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

15. Sem que se altere o sentido da frase, todas as vírgulas podem ser substituídas por travessão, EXCETO em:

- (A) *Não se trata de defender a tradição, família ou propriedade...* (2º parágrafo)
- (B) *Fiquei um pouco desconcertado pela atitude do meu amigo, um homem...* (1º parágrafo)
- (C) *Mas, como eu ia dizendo, estava voltando da Europa...* (2º parágrafo)
- (D) *... como precipitada, entre nós, de que estaria morto...* (2º parágrafo)
- (E) *Mas a música brasileira, ao contrário de outras artes, já traz...* (2º parágrafo)

### Raciocínio Lógico-Matemático

16. Considere verdadeiras as afirmações abaixo.

- I. Ou Bruno é médico, ou Carlos não é engenheiro.
- II. Se Durval é administrador, então Eliane não é secretária.
- III. Se Bruno é médico, então Eliane é secretária.
- IV. Carlos é engenheiro.

A partir dessas afirmações, pode-se concluir corretamente que

- (A) Eliane não é secretária e Durval não é administrador.
- (B) Bruno não é médico ou Durval é administrador.
- (C) se Eliane não é secretária, então Bruno não é médico.
- (D) Carlos é engenheiro e Eliane não é secretária.
- (E) se Carlos é engenheiro, então Eliane não é secretária.

17. Considere verdadeiras as afirmações abaixo.

- I. Todos os analistas que são advogados, são contadores também.
- II. Nem todos os contadores que são advogados, são analistas também.
- III. Há advogados que são apenas advogados e isso também acontece com alguns analistas, mas não acontece com qualquer um dos contadores.

A partir dessas afirmações, é possível concluir corretamente que

- (A) todo analista é advogado e é também contador.
- (B) qualquer contador que seja analista é advogado também.
- (C) existe analista que é advogado e não é contador.
- (D) todo contador que é advogado é também analista.
- (E) existe analista que não é advogado e existe contador que é analista.



18. O senhor A investiu a quantia de  $x$  em um produto financeiro que apresentou queda constante e sucessiva de 10% ao ano por, pelo menos, 10 anos. Simultaneamente, o senhor B investiu a quantia de  $27x$  (27 vezes a quantia  $x$ ) em um produto financeiro que apresentou queda constante e sucessiva de 70% ao ano por, pelo menos, 10 anos. A partir do início desses dois investimentos, o número de anos completos necessários para que o montante investido pelo senhor A se tornasse maior que o montante investido pelo senhor B é igual a
- (A) 2.  
(B) 4.  
(C) 6.  
(D) 3.  
(E) 5.
- 
19. Uma herança de R\$ 82.000,00 será repartida de modo inversamente proporcional às idades, em anos completos, dos três herdeiros. As idades dos herdeiros são: 2, 3 e  $x$  anos. Sabe-se que os números que correspondem às idades dos herdeiros são números primos entre si (o maior divisor comum dos três números é o número 1) e que foi R\$ 42.000,00 a parte da herança que o herdeiro com 2 anos recebeu. A partir dessas informações o valor de  $x$  é igual a
- (A) 7.  
(B) 5.  
(C) 11.  
(D) 1.  
(E) 13.
- 
20. A diferença entre o  $12^{\text{o}}$  e o  $13^{\text{o}}$ , nessa ordem, termos da sequência lógica matemática (20; 20; 15; 30; 20; 60; 40; 160; 120; 600; 520; ...) é igual a
- (A) 220.  
(B) -80.  
(C) 160.  
(D) -120.  
(E) 1200.
- 
21. Seja A o quociente da divisão de 8 por 3. Seja B o quociente da divisão de 15 por 7. Seja C o quociente da divisão de 14 por 22. O produto  $A \cdot B \cdot C$  é igual a
- (A) 3,072072072 ...  
(B) 3,636363 ...  
(C) 3,121212 ...  
(D) 3,252525 ...  
(E) 3,111 ...
- 
22. Uma indústria produz um tipo de máquina que demanda a ação de grupos de funcionários no preparo para o despacho ao cliente. Um grupo de 20 funcionários prepara o despacho de 150 máquinas em 45 dias. Para preparar o despacho de 275 máquinas, essa indústria designou 30 funcionários. O número de dias gastos por esses 30 funcionários para preparem essas 275 máquinas é igual a
- (A) 55.  
(B) 36.  
(C) 60.  
(D) 72.  
(E) 48.
- 
23. As letras da expressão  $x - (w - y) - (z - h)$ , representam números diferentes e serão substituídas, uma a uma e para efeito de cálculo, pelos números naturais 9; 12; 13; 15 e 17, não necessariamente nessa ordem. Opere apenas no conjunto dos números naturais. Para que o resultado da expressão seja 8, as letras  $w$  e  $h$  devem ser substituídas, respectivamente, por
- (A) 15 e 13.  
(B) 17 e 12.  
(C) 13 e 9.  
(D) 15 e 12.  
(E) 17 e 9.



24. Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Júlio é pintor, ou Bruno não é cozinheiro (afirmação FALSA).
- Se Carlos é marceneiro, então Júlio não é pintor (afirmação FALSA).
- Bruno é cozinheiro ou Antônio não é pedreiro (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações,

- (A) Júlio não é pintor e Bruno não é cozinheiro.
- (B) Antônio é pedreiro ou Bruno é cozinheiro.
- (C) Carlos é marceneiro e Antônio não é pedreiro.
- (D) Júlio é pintor e Carlos não é marceneiro.
- (E) Antônio é pedreiro ou Júlio não é pintor.

25. Em uma empresa, um funcionário deve cumprir exatas 8 horas de trabalho em um dia. Certo dia, um funcionário trabalhou 2 horas e 14 minutos; em seguida trabalhou outras 3 horas e 38 minutos. A fração da carga diária de tempo de trabalho que esse funcionário ainda deve cumprir nesse dia é igual a

- (A)  $\frac{4}{15}$ .
- (B)  $\frac{1}{4}$ .
- (C)  $\frac{3}{5}$ .
- (D)  $\frac{3}{8}$ .
- (E)  $\frac{7}{20}$ .

#### Noções de Direito Penal

26. Tício instalou um dispositivo na entrada de água de sua residência, através do qual a maior parte da água passou a entrar no imóvel sem passar pelo relógio e sem ser registrada. Tício

- (A) não praticou delito algum.
- (B) cometeu crime de furto qualificado pela fraude.
- (C) cometeu crime de furto simples.
- (D) cometeu crime de furto de coisa comum.
- (E) cometeu crime de furto qualificado pela destreza.

27. Peter, pessoa de grande porte físico, agarrou Paulus pelas costas e o imobilizou com uma “gravata”. Com a vítima imobilizada, subtraiu-lhe a carteira, o celular e o relógio. Em seguida, deixou o local e soltou a vítima que não sofreu nenhum ferimento. Peter cometeu crime de

- (A) extorsão simples.
- (B) furto qualificado pela destreza.
- (C) roubo qualificado.
- (D) roubo simples.
- (E) extorsão qualificada.

28. Lucius, funcionário público, escrevente de cartório de secretaria de Vara Criminal, apropriou-se de um relógio valioso que foi remetido ao Fórum juntamente com os autos do inquérito policial no qual foi objeto de apreensão. Lucius cometeu crime de

- (A) apropriação de coisa achada.
- (B) apropriação indébita simples.
- (C) apropriação indébita qualificada pelo recebimento da coisa em razão de ofício, emprego ou profissão.
- (D) apropriação de coisa havida por erro.
- (E) peculato.



29. A respeito do crime de advocacia administrativa, considere:

- I. Caracteriza-se mesmo que o interesse privado patrocinado seja legítimo.
- II. Não se caracteriza se o patrocínio for feito por terceira pessoa que apareça como procurador.
- III. Só pode ser cometido por advogado.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

30. A respeito dos Crimes contra a Administração pública, é INCORRETO afirmar que

- (A) o particular pode ser coautor do crime de concussão.
- (B) comete o crime de excesso de exação o funcionário que emprega meio vexatório na cobrança de tributo.
- (C) o crime de prevaricação exige o intuito do agente de satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (D) comete crime de corrupção passiva quem oferece dinheiro a funcionário público para determiná-lo a retardar ato de ofício.
- (E) o ato de desferir um tapa no rosto de funcionário público, em razão da sua função, sem causar lesão, pode caracterizar o crime de desacato.

### Noções de Direito Administrativo

31. José, Analista de Contadoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no exercício de suas atribuições, possibilitou a liquidação de julgado, bem como a atualização de valor de determinada guia, ambos relacionados à empresa WZ Construções S.A. Em razão disso, a citada empresa presenteou José com valioso bem, aceito pelo servidor. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar atinente à infração praticada por José prescreverá em

- (A) dois anos.
- (B) cinco anos.
- (C) três anos.
- (D) um ano.
- (E) cento e oitenta dias.

32. Mario é Analista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ainda em estágio probatório, e pretende licenciar-se para tratar de interesses particulares. Já Alessandra, também Analista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, obteve licença para tratar de interesses particulares há um ano e pretende que sua licença perdure por mais três anos. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, Mario

- (A) não tem direito à mencionada licença e Alessandra poderá licenciar-se pelo prazo máximo de três anos consecutivos.
- (B) faz jus à mencionada licença, desde que preenchidos os demais requisitos legais, e Alessandra poderá licenciar-se pelo prazo máximo de dois anos consecutivos.
- (C) não tem direito à mencionada licença e Alessandra poderá licenciar-se pelo prazo máximo de cinco anos, consecutivos ou não.
- (D) faz jus à mencionada licença, desde que preenchidos os demais requisitos legais e Alessandra poderá licenciar-se pelo prazo máximo de cinco anos consecutivos.
- (E) não faz jus à mencionada licença e Alessandra poderá licenciar-se pelo prazo máximo de dois anos consecutivos.

33. Ana, Analista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assumirá, na condição de substituta, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício de cargo de chefia, no afastamento do titular do referido cargo. Cumpre salientar que assumirá tal condição pelo período máximo de trinta dias. No caso narrado, conforme preceitua a Lei nº 8.112/1990, Ana

- (A) receberá, obrigatoriamente, a remuneração do cargo de Analista.
- (B) receberá, obrigatoriamente, a remuneração do cargo de chefia.
- (C) deverá optar pela remuneração de um dos cargos durante o respectivo período.
- (D) acumulará ambas as remunerações, por se tratar do instituto da substituição.
- (E) acumulará ambas as remunerações nos primeiros quinze dias, e, a partir do décimo quinto dia, receberá tão somente a remuneração do cargo de chefia.

34. Aristides, Analista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, foi cedido ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para o exercício de cargo em comissão. No caso narrado, nos termos da Lei nº 8.112/1990, o ônus da remuneração será

- (A) compartilhado por ambos os Tribunais; no entanto, o Tribunal de Justiça arcará com um terço da remuneração e o Tribunal Regional Federal com o restante.
- (B) do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
- (C) compartilhado por ambos os Tribunais, arcando cada um com metade da remuneração.
- (D) compartilhado por ambos os Tribunais; no entanto, o Tribunal de Justiça arcará com dois terços da remuneração e o Tribunal Regional Federal com o restante.
- (E) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.



35. Considere:

- I. No âmbito do Ministério da Defesa, a função de pregoeiro deve ser desempenhada por militar, sob pena de ser decretada a nulidade do certame.
- II. A Lei Geral de Licitações aplica-se apenas subsidiariamente ao pregão.
- III. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito dos Estados, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços, deverão obrigatoriamente adotar a modalidade pregão.

Nos termos da Lei nº 10.520/2002, está correto o que consta em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

---

### Noções de Direito Constitucional

36. De acordo com a Constituição Federal,

- (A) é vedada a acumulação, pelo Magistrado, do subsídio de seu cargo com o valor de aposentadoria decorrente do exercício do magistério em universidade pública.
- (B) a empresa contratada para realizar serviço de vigilância das instalações do Tribunal Regional Federal responderá pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (C) aos servidores públicos civis e militares é assegurado o direito à associação sindical.
- (D) a ação de reparação do dano decorrente da prática de ato de improbidade administrativa que importa em prejuízo ao erário é imprescritível.
- (E) é admitida a acumulação de cargo público com emprego remunerado em empresa subsidiária de sociedade de economia mista, desde que haja compatibilidade de horários.

37. A Súmula Vinculante somente pode ser editada pelo Supremo Tribunal Federal através do voto

- (A) da maioria simples de seus integrantes, sendo certo que a seu conteúdo encontram-se vinculados apenas os órgãos jurisdicionais.
- (B) de dois terços de seus integrantes, passando seu conteúdo a obrigar, inclusive, à Administração pública direta e indireta.
- (C) de três quintos de seus integrantes, passando seu conteúdo a vincular apenas aos órgãos jurisdicionais.
- (D) de dois terços de seus integrantes, passando seu conteúdo a vincular apenas aos órgãos jurisdicionais.
- (E) da maioria simples de seus integrantes, sendo certo que seu conteúdo vincula, inclusive, à Administração direta e indireta.

38. Compete ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de recursos ordinários contra decisões lançadas pelo Tribunal

- (A) Regional Federal, em última instância, que concedam ou deneguem a ordem de *habeas corpus*.
- (B) Regional Federal, em instância única, que concedam ou deneguem a ordem em mandado de segurança.
- (C) de Justiça do Estado, que neguem vigência ao texto de lei Federal.
- (D) de Justiça do Estado, que derem à lei Federal interpretação divergente daquela que lhe foi conferida pelo Tribunal Regional Federal.
- (E) Regional Federal ou Tribunal de Justiça do Estado, em instância única, quando denegarem a ordem em *habeas corpus* ou mandado de segurança.

39. Entre os direitos sociais, a Constituição Federal garante os direitos dos trabalhadores, EXCETO:

- (A) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- (B) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.
- (C) Seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa.
- (D) Participação nos lucros ou resultados da empresa, vinculada à remuneração, nos termos da lei.
- (E) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultadas a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

40. Geremoabo, dirigente de sociedade de economia mista da qual participa o Estado de São Paulo, pratica ato que causa dano ao patrimônio da empresa. Inconformado com tal ato, Trasíbulo resolve questioná-lo judicialmente.

Para tanto, poderá fazer uso de

- (A) mandado de segurança, desde que comprove possuir domicílio no Estado de São Paulo.
- (B) mandado de segurança, pouco importando o local de seu domicílio.
- (C) ação popular, desde que demonstre a sua qualidade de cidadão, pouco importando o local de seu domicílio.
- (D) ação popular, bastando para tanto a prova de que reside no país e que possui domicílio no Estado de São Paulo.
- (E) ação popular, desde que demonstre a sua qualidade de cidadão e que possui domicílio no Estado de São Paulo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

41. A empresa *Tiro Certo S.A.* realizou, no dia 01/12/2013, vendas de mercadorias no valor total de R\$ 2.331.000,00, sendo que R\$ 1.000.000,00 foram recebidos à vista e o restante para ser recebido integralmente em 01/12/2015. Na data da venda a empresa estava praticando, para as suas vendas a prazo, a taxa de juros de 0,797% ao mês que corresponde a 10% ao ano e a 21% em 2 (dois) anos.

Na Demonstração do Resultado do ano de 2013 a empresa reconheceu, exclusivamente em relação às vendas efetuadas em 01/12/2013:

- (A) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.331.000,00, apenas.
- (B) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.100.000,00, apenas.
- (C) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.100.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 16.737,00.
- (D) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.331.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 18.578,00.
- (E) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.100.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 8.767,00.

42. Um lote de mercadorias foi adquirido do exterior para comercialização no Brasil. A compra ocorreu em 15/10/2015 e o preço pago ao fornecedor no exterior foi R\$ 6.000.000,00, sendo que a empresa pagou, adicionalmente, os seguintes encargos para dispor das mercadorias em condições de venda:

- R\$ 600.000,00 de transporte aéreo para trazer a mercadoria do país de origem até o Brasil.
- R\$ 240.000,00 de taxas e tarifas alfandegárias para ingresso das mercadorias no Brasil.
- R\$ 100.000,00 para transporte da mercadoria do aeroporto até a sede da empresa.
- R\$ 150.000,00 correspondente aos seguintes impostos:
  - R\$ 60.000,00 a título de imposto de importação não recuperável.
  - R\$ 90.000,00 a título de outros impostos locais que podem ser compensados com os impostos incidentes no momento da venda das mercadorias.

Sabe-se que não havia saldo de estoque antes desta compra e que, em dezembro de 2015, a empresa vendeu noventa por cento das mercadorias que foram importadas. O valor bruto das vendas foi R\$ 8.500.000,00 e os impostos incidentes sobre estas vendas totalizaram R\$ 1.275.000,00. O Resultado Bruto com Mercadorias apurado pela empresa no ano de 2015, exclusivamente em relação às mercadorias importadas e vendidas, foi, em reais,

- (A) 3.100.000,00.
- (B) 844.000,00.
- (C) 925.000,00.
- (D) 979.000,00.
- (E) 1.015.000,00.

43. Uma empresa adquiriu um equipamento de produção pelo valor de R\$ 12.000.000,00 que foi pago à vista. A aquisição ocorreu em 30/06/2010, a empresa definiu a vida útil do equipamento em 10 anos de utilização e calcula sua despesa de depreciação em função do tempo decorrido (método das quotas constantes), tendo em vista que o mesmo funciona sem qualquer interrupção. No início do prazo de utilização do equipamento o valor residual estimado para sua venda no final da vida útil era R\$ 1.500.000,00. No final de 2013, a empresa identificou que o valor residual no final da vida útil foi reduzido para R\$ 1.175.000,00, em decorrência do aparecimento de novos equipamentos com tecnologia mais atual, o que fez com que o valor de mercado dos equipamentos utilizados pela empresa diminuísse. A análise feita pela empresa neste momento (final de 2013) identificou que não havia necessidade de redução do valor contábil do equipamento (o valor recuperável era maior que o valor contábil). Se a vida útil do equipamento para fins fiscais é definida em 8 anos, o valor contábil que deveria ter sido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 para este equipamento era, em reais,

- (A) 5.250.000,00.
- (B) 6.600.000,00.
- (C) 5.775.000,00.
- (D) 7.225.000,00.
- (E) 7.275.000,00.



44. O saldo em estoque de um determinado produto em 30/11/2014 era R\$ 600.000,00 e correspondia a 400 unidades disponíveis. A empresa comercializa somente este produto e durante o mês de dezembro de 2014 realizou, em ordem cronológica, as seguintes transações relacionadas com a compra e a venda do produto:

Dia	Transação
07	Compra de 200 unidades ao preço unitário de R\$ 1.600,00.
12	Obtenção de um abatimento no valor total de R\$ 8.000,00 na compra realizada no dia 07.
18	Compra de 100 unidades ao preço unitário de R\$ 1.660,00.
21	Venda de 50% das unidades disponíveis no estoque nesta data pelo preço unitário de R\$ 1.800,00.
30	Pagamento de frete no valor de R\$ 9.000,00 da compra realizada no dia 18.

Sabendo-se que não há incidência de qualquer tributo na compra e na venda deste produto, que a empresa utiliza o critério da média ponderada móvel, o saldo da conta de estoque evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 foi, em reais,

- (A) 548.000,00.
- (B) 539.000,00.
- (C) 543.000,00.
- (D) 552.000,00.
- (E) 457.000,00.

45. Uma empresa adquiriu uma patente que poderá ser explorada pelo prazo de 20 anos, após o que a patente passa a ser de domínio público. O preço pago foi R\$ 20.000.000,00 e a aquisição ocorreu em 31/12/2012. No final do ano de 2013, antes do fechamento das Demonstrações Contábeis, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) e obteve as seguintes informações sobre a patente:

- Valor em uso da patente: R\$ 17.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente: R\$ 16.000.000,00.

Na apuração do resultado do ano de 2013 a empresa deveria

- (A) ter reconhecido uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.000.000,00.
- (B) ter reconhecido uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.000.000,00.
- (C) não ter reconhecido nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.
- (D) ter reconhecido uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.000.000,00, apenas.
- (E) ter reconhecido uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.000.000,00, apenas.

46. No dia 01/12/2014 uma empresa contratou um empréstimo no valor de R\$ 30.000.000,00. A taxa de juros contratada foi 1,5% ao mês e o pagamento do empréstimo será feito da seguinte forma:

- O principal será pago integralmente em uma única parcela que vencerá em 01/12/2020.
- Os juros serão pagos trimestralmente, com a primeira parcela vencendo em 01/03/2015.

O valor das parcelas de juros a serem pagas trimestralmente é R\$ 1.370.351,25 e a empresa pagou, adicionalmente, na data da obtenção do empréstimo, despesas relacionadas com o contrato no valor de R\$ 1.000.000,00.

Sabendo-se que a taxa de custo efetivo da operação foi 1,577% ao mês, o valor do saldo líquido apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2014 para o passivo relativo ao empréstimo obtido foi, em reais,

- (A) 30.450.000,00.
- (B) 30.473.100,00.
- (C) 29.457.330,00.
- (D) 31.488.870,00.
- (E) 29.435.000,00.



47. A empresa Problemas Gerais S.A. apresentou no Balanço Patrimonial publicado em 31/12/2013 o saldo de R\$ 560.000,00 na conta de Provisões, cuja composição era a seguinte:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2013 (em R\$)
Trabalhista	200.000,00
Tributário	360.000,00

No final de 2014 a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2013 e identificou dois novos processos judiciais surgidos em 2014. As informações sobre os diversos processos, em 31/12/2014, são apresentadas na tabela abaixo.

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2014	Valor estimado de perda em 31/12/2014 (em R\$)
Trabalhista	Provável	160.000,00
Tributário	Possível	200.000,00
Cível	Possível	100.000,00
Ambiental	Provável	80.000,00

Com base nestas informações, o efeito líquido causado no Resultado de 2014 da empresa Problemas Gerais S.A., relacionado às provisões necessárias foi,

- (A) redução de R\$ 540.000,00.  
(B) aumento de R\$ 320.000,00.  
(C) redução de R\$ 240.000,00.  
(D) nulo.  
(E) aumento de R\$ 400.000,00.
- 
48. A empresa Produtos Gerais S.A. apresentou, no Balanço Patrimonial de 31/12/2014, a seguinte composição para o Patrimônio líquido (valores em reais):

Capital.....	8.000.000,00
Reserva Legal.....	1.400.000,00
Reserva Estatutária.....	500.000,00
Reserva para Contingências.....	300.000,00
Total do Patrimônio Líquido.....	10.200.000,00

No ano de 2015 a empresa apurou um lucro líquido de R\$ 4.800.000,00 e constituiu as seguintes reservas:

- Reserva Legal, de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
- Reserva Estatutária no valor correspondente a 10% do Lucro Líquido sem qualquer dedução.

O fundamento econômico para a *Reserva para Contingências* contabilizada em 31/12/2014 não mais existia no final de 2015.

Sabendo-se que o estatuto da empresa não define o critério para cálculo do dividendo mínimo obrigatório, o valor dos dividendos que deveria ser evidenciado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2015, era, em reais,

- (A) 1.140.000,00.  
(B) 1.200.000,00.  
(C) 2.300.000,00.  
(D) 2.450.000,00.  
(E) 1.225.000,00.



49. A empresa Alimentação para Todos S.A. adquiriu 80% das ações com direito a voto da Cia. Bom Sabor S.A. O preço pago pela aquisição foi R\$ 40.000.000,00 e a Alimentação para Todos S.A. passou a deter o controle da Cia. Bom Sabor S.A. Sabe-se que o valor registrado no Patrimônio Líquido da Cia. Bom Sabor S.A. era, na data da aquisição, R\$ 40.000.000,00 e que o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era, nesta data, R\$ 45.000.000,00.

Os valores totais reconhecidos no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Alimentação para Todos S.A. e no grupo Intangíveis no seu balanço consolidado, na data da aquisição, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 32.000.000,00 e 8.000.000,00.  
 (B) 40.000.000,00 e 0,00 (zero).  
 (C) 32.000.000,00 e 0,00 (zero).  
 (D) 32.000.000,00 e 4.000.000,00.  
 (E) 40.000.000,00 e 4.000.000,00.

50. Uma empresa aplicou parte de seus recursos, no valor total de R\$ 360.000,00, em diversos ativos financeiros. As aplicações foram realizadas no dia 01/12/2015 e as características de cada instrumento financeiro adquirido, bem como a classificação feita pela empresa quanto ao objetivo em relação a cada ativo, são apresentadas na tabela abaixo.

Valor Aplicado (em reais)	Data de vencimento dos títulos	Classificação pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2015 (em reais)
60.000,00	31/12/2018	Mantido até o vencimento	2%a.m.	63.000,00
140.000,00	31/12/2019	Disponível para venda futura	1,6%a.m.	141.400,00
160.000,00	31/12/2017	Destinados à venda imediata	1,3%a.m.	164.800,00

O valor total que afetou o resultado da empresa em 2015, decorrente das três aplicações apresentadas na tabela anterior foi, em reais,

- (A) 8.240,00.  
 (B) 7.320,00.  
 (C) 9.200,00.  
 (D) 5.520,00.  
 (E) 1.200,00.

51. Os seguintes valores do ativo e do patrimônio líquido de uma empresa foram obtidos a partir do seu Balanço Patrimonial publicado em 31/12/2014:

- Total do Ativo = R\$ 5.000.000,00.
- Patrimônio Líquido = R\$ 2.000.000,00.

Sabendo-se que o Índice de Liquidez Corrente da empresa, obtido a partir do mesmo balanço, era 1,6 e que o grau de concentração do passivo no curto prazo era 40%, o valor total do Ativo Não Circulante da empresa, em 31/12/2014, era, em reais,

- (A) 3.000.000,00.  
 (B) 3.080.000,00.  
 (C) 2.120.000,00.  
 (D) 4.250.000,00.  
 (E) 1.920.000,00.



52. Uma empresa industrial é proprietária de três imóveis evidenciados em seu Balanço Patrimonial, sendo que os objetivos definidos pela empresa para cada um são:
- Imóvel 1 – está sendo utilizado pela empresa para suas atividades administrativas.
  - Imóvel 2 – é mantido pela empresa, mas não está sendo utilizado em suas atividades. Atualmente está alugado para terceiros em um contrato com prazo de 5 anos.
  - Imóvel 3 – ainda é mantido pela empresa, mas está destinado para venda. Corresponde ao prédio onde a empresa concentrava anteriormente suas atividades administrativas. No entanto, a empresa ainda não iniciou um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano de venda.

Na divulgação do seu Balanço Patrimonial, a empresa deve evidenciar o Imóvel 1, o Imóvel 2 e o Imóvel 3, respectivamente, no grupo do ativo

- (A) imobilizado, imobilizado e imobilizado.
- (B) investimentos, imobilizado e realizável no longo prazo.
- (C) imobilizado, investimentos e realizável no longo prazo.
- (D) realizável a longo prazo, investimentos e investimentos.
- (E) imobilizado, investimentos e circulante.

53. A Demonstração do Resultado do ano de 2014 e os Balanços Patrimoniais em 31/12/2013 e 31/12/2014 da empresa Produtos de Segurança Porta Aberta S.A. são apresentados nos dois quadros abaixo.

<b>Produtos de Segurança Porta Aberta S.A.</b>	
<b>Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2014 a 31/12/2014</b>	
Receitas de Vendas	816.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(524.000)
<b>(=) Resultado com Mercadorias</b>	<b>292.000</b>
(-) Despesas Operacionais	
Depreciação	(24.000)
Outras despesas operacionais	(236.000)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	12.000
<b>(+) Resultado antes dos efeitos financeiros</b>	<b>44.000</b>
(-) Despesas Financeiras	(20.000)
(=) Resultado após os efeitos financeiros	24.000
(=) Outras receitas e despesas não recorrentes	
Lucro na Venda de Terrenos	28.000
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	52.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	(15.600)
<b>(=) Resultado Líquido</b>	<b>36.400</b>

**Produtos de Segurança Porta Aberta S.A.**  
**Balanços Patrimoniais em 31/12/2013 e 31/12/2014**

<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>264.000</b>	<b>514.800</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>312.000</b>	<b>587.660</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.000	126.800	Fornecedores a pagar	132.000	170.800
Contas a Receber de Clientes	112.000	192.000	Empréstimos obtidos	180.000	388.000
Estoques para venda	132.000	196.000	Dividendos a pagar	-	13.260
<b>Ativo não circulante</b>	<b>288.000</b>	<b>436.000</b>	Imposto de Renda a pagar	-	15.600
<b>Investimentos</b>	28.000	72.000	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>240.000</b>	<b>363.140</b>
<b>Imobilizado</b>			Capital	200.000	300.000
Equipamentos	168.000	364.000	Reservas de Lucros	40.000	63.140
Terrenos	92.000	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>552.000</b>	<b>950.800</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>	<b>552.000</b>	<b>950.800</b>

Sabe-se que no ano de 2014 a empresa não vendeu participações societárias nem equipamentos, não liquidou qualquer empréstimo e não pagou as despesas financeiras do ano. Os valores em reais no ano de 2014, correspondentes ao Caixa das Atividades Operacionais e ao Caixa das Atividades de Financiamento foram, respectivamente, em reais,

- (A) 69.200 (negativo) e 208.000 (positivo).
- (B) 21.200 (negativo) e 208.000 (positivo).
- (C) 21.200 (negativo) e 288.000 (positivo).
- (D) 49.200 (negativo) e 208.000 (positivo).
- (E) 49.200 (negativo) e 288.000 (positivo).



54. O custo de aquisição de um equipamento foi R\$ 6.000.000,00 e o pagamento foi realizado à vista. A aquisição ocorreu em 30/06/2014, a empresa definiu sua vida útil em 7 anos e o valor líquido de venda do equipamento no final do 7º ano foi estimado em R\$ 3.060.000,00. Sabe-se que, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação e, no final de 2015, realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (teste de *impairment*). Os valores obtidos em 31/12/2015 para a realização do teste para o equipamento foram os seguintes:

- Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 5.200.000,00.
- Valor em uso = R\$ 5.300.000,00.

O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 foi, em reais,

- (A) 5.559.000,00.
- (B) 5.200.000,00.
- (C) 5.370.000,00.
- (D) 5.300.000,00.
- (E) 5.100.000,00.

55. A tabela abaixo apresenta informações obtidas das demonstrações contábeis da Empresa Original S.A. e da Empresa Copiada S.A. publicadas em 31/12/2014.

Variável	Empresa Original S.A.	Empresa Copiada S.A.
Índice de liquidez corrente	2,0	1,5
Ativo Não Circulante	R\$1.050.000,00	R\$1.050.000,00
Passivo Não Circulante	R\$600.000,00	R\$750.000,00
Total do Balanço	R\$1.800.000,00	R\$1.800.000,00
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	15%	20%

Com base nessas informações, a Empresa

- (A) Copiada S.A. apresenta menor lucro líquido no período.
- (B) Original S.A. apresenta maior passivo circulante.
- (C) Original S.A. apresenta maior ativo circulante.
- (D) Copiada S.A. apresenta maior patrimônio líquido.
- (E) Original S.A. possui um montante maior de recursos de terceiros.

#### Contabilidade Pública

56. Na Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2016, do município de Terra dos Anjos do Sudeste foi aprovada a previsão de arrecadação de receitas de IPTU no valor de R\$ 16.457.500,00. Considerando o fato gerador do IPTU no início de janeiro de 2016 o município contabilizou a variação patrimonial antes de sua arrecadação. O reconhecimento da variação patrimonial obedece ao princípio de contabilidade e seu registro será realizado no subsistema de informação contábil, respectivamente,

- (A) competência e patrimonial.
- (B) anualidade e patrimonial.
- (C) competência e orçamentário.
- (D) misto e patrimonial.
- (E) competência e receitas tributárias.

57. No âmbito do Governo Federal, o SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Dentre os principais objetivos do SIAFI, considere:

- I. Fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal.
- II. Permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública Federal.
- III. Permitir o acompanhamento específico das despesas com pessoal e encargos sociais e da quantidade física de servidores.
- IV. Fornecer meios para agilizar a contratação de empresas para o fornecimento de bens e serviços à Administração Pública Federal, através de licitações.
- V. Permitir o controle da dívida interna e externa, bem como o das transferências negociadas.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) III e V.
- (C) II e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e V.



58. O presidente de determinado órgão do Poder Judiciário Federal autorizou a aquisição de um terreno pelo valor de R\$ 1.350.000,00 para a construção de sua sede na região sudeste do Brasil. Sob o aspecto orçamentário, segundo a Lei Federal nº 4.320/1964 a aquisição do imóvel será classificada, no grupo de natureza de despesa
- (A) ativo permanente.
- (B) bens de capital.
- (C) investimentos.
- (D) inversões financeiras.
- (E) variações patrimoniais permutativas.

**Atenção:** Para responder às questões de números 59 a 61, considere as seguintes informações relativamente ao Balancete do Subsistema de Informações Orçamentárias do mês de novembro de 2015 de determinada entidade do setor público e os registros contábeis das transações realizadas no mês de dezembro de 2015.

**Balancete do mês de novembro de 2015**

Código da Classe	Contas	Saldo (em R\$)
6.2.1.2.0.00.00	Receita Realizada	1.950.000
6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	110.000
5.2.1.1.0.00.00	Previsão Inicial da Receita	2.300.000
6.2.2.1.1.00.00	Crédito Disponível	190.000
6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	380.000
5.2.2.1.1.00.00	Dotação Inicial	2.300.000
6.2.1.1.0.00.00	Receita a Realizar	350.000
6.2.2.1.3.04.00	Crédito Empenhado Liquidado Pago	1.620.000

**Transações realizadas no mês de dezembro de 2015****(em R\$)**

– arrecadação de receitas de concessões e permissões .....	75.000
– empenho de despesa para execução de obras .....	90.000
– arrecadação de receitas tributárias .....	275.000
– empenho de despesa para aquisição de material de escritório .....	45.000
– pagamento de despesa liquidada até o mês de novembro .....	350.000
– arrecadação de receita de aluguel de bens imóveis .....	80.000
– empenho de despesa com serviços de manutenção de elevadores .....	20.000
– recebimento de caução para garantia de execução de contrato de obras .....	8.000
– liquidação de despesas empenhadas no mês de dezembro .....	75.000
– doação de equipamentos de informática a um hospital público .....	5.000
– liquidação de despesas empenhadas no mês de novembro .....	110.000
– pagamento de despesa liquidada no mês de dezembro .....	45.000
– arrecadação de receitas de multas e juros sobre tributos .....	25.000
– cancelamento de dívida ativa tributária inscrita indevidamente .....	10.000

59. O saldo da conta “6.2.2.1.3.01.00 – Crédito Empenhado a Liquidar”, ao final de dezembro de 2015, soma, em R\$,
- (A) 155.000.
- (B) 80.000.
- (C) 185.000.
- (D) 75.000.
- (E) 85.000.



60. O saldo da conta "6.2.2.1.3.03.00 – Crédito Empenhado Liquidado a Pagar", ao final de dezembro de 2015, soma, em R\$,
- (A) 170.000.
  - (B) 340.000.
  - (C) 215.000.
  - (D) 165.000.
  - (E) 350.000.
- 
61. Considerando os saldos das contas do subsistema de informações orçamentárias, ao final de dezembro de 2015, o resultado da execução orçamentária apurado conforme Balanço Orçamentário foi superavitário, em R\$,
- (A) 35.000.
  - (B) 105.000.
  - (C) 390.000.
  - (D) 130.000.
  - (E) 140.000.
- 
62. Do total das receitas correntes arrecadadas pela União em determinado exercício financeiro, 15% referem-se a receita classificada no código 1113.01.00 – Imposto sobre Produtos Industrializados. Quanto aos níveis de classificação da receita orçamentária, o primeiro e segundo dígito (11) representam, respectivamente, a seguinte classificação da receita orçamentária:
- (A) corrente e rubrica.
  - (B) corrente e imposto sobre o patrimônio e a renda.
  - (C) tributária e rubrica.
  - (D) categoria econômica e espécie.
  - (E) categoria econômica e origem.
- 
63. No exercício de 2015, determinado ente da federação pagou R\$ 38.000,00 à autarquia hospitalar, entidade integrante do orçamento fiscal e da seguridade social do ente, referentes a serviços de exames laboratoriais nos candidatos aprovados em concurso público. O valor recebido e o pagamento efetuado pelos serviços realizados são classificados, respectivamente, como
- (A) receita e despesa corrente orçamentária.
  - (B) variações patrimoniais aumentativas e permutativas.
  - (C) ativo e passivo compensado.
  - (D) receita e despesa corrente intraorçamentária.
  - (E) variações patrimoniais diminutivas e aumentativas.



**Atenção:** Para responder às questões de números 64 e 65, considere as informações relativamente às receitas arrecadadas e despesas orçamentárias utilizadas na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, referente ao exercício de 2015, por determinado ente público.

	(em R\$)
– receitas de impostos.....	950
– aquisição de computadores.....	120
– recebimento em doação de bens imóveis.....	100
– receitas de transferências correntes.....	370
– despesas com amortização da dívida.....	670
– alienação de bens imóveis.....	650
– despesas com aluguel.....	130
– despesas com juros e encargos da dívida.....	330
– receitas de concessões de serviços públicos.....	390
– cancelamento de restos a pagar de exercício anterior de despesas com energia elétrica.....	50
– operações de crédito de longo prazo.....	350
– despesas com pessoal.....	550
– receitas de transferências de capital.....	200
– aquisição de veículos.....	280
– receitas de dívida ativa.....	140
– despesas com serviços de manutenção de bens imóveis.....	160
– anulação total da dotação “Construções e Reformas de Escolas Públicas”.....	40

**Nota:** todas as despesas foram liquidadas e pagas no próprio exercício

64. O fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos soma, em R\$,

- (A) 350.
- (B) 370.
- (C) 90.
- (D) 250.
- (E) 290.

65. O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais soma, em R\$,

- (A) 730.
- (B) 810.
- (C) 540.
- (D) 1.010.
- (E) 680.

66. O resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais no exercício de 2015 de determinado Estado da região Sudeste do Brasil foi de R\$ 998.750.000,00. São consideradas Variações Patrimoniais Qualitativas:

- (A) Arrecadação de impostos concomitante ao fato gerador e depreciação de veículos.
- (B) Amortização da dívida e Antecipação de receita orçamentária – ARO.
- (C) Bens imóveis recebidos em doação e consumo de material.
- (D) Remuneração de depósitos bancários e juros sobre a dívida por contrato.
- (E) Descontos financeiros obtidos e locação de equipamentos e materiais permanentes.



67. No início de janeiro de 2016, o Departamento de Contabilidade de determinada unidade da justiça federal procedeu o registro contábil dos empenhos emitidos destinados às despesas:

	(em R\$)
– aquisição de pneus para os veículos da frota .....	850
– tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto .....	170
– aquisição de pen-drive .....	190
– prestação de serviços de vigilância ostensiva .....	220
– aquisição de produtos de higienização .....	430
– vale-refeição .....	150
– aquisição de lâmpadas e luminárias para reposição .....	110
– serviços com adaptação de bens imóveis.....	440
– aquisição de passagens aéreas.....	80
– auxílio transporte pago em forma de pecúnia .....	40

Segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, as despesas empenhadas nos elementos de despesas – “30 – Material de Consumo” e “37 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” somam, em R\$, respectivamente,

- (A) 730 e 680.  
 (B) 1.660 e 640.  
 (C) 1.750 e 390.  
 (D) 1.580 e 980.  
 (E) 1.730 e 680.

68. O Departamento de Contabilidade da Prefeitura do município Costa do Pacífico, durante o mês de janeiro de 2016, procedeu, entre outras, a contabilização dos seguintes valores:

	(em R\$)
– Operação de Crédito de Longo Prazo .....	250
– Obras de pavimentação de ruas e avenidas.....	200
– Alienação de bens imóveis .....	470
– Cancelamento de Dívida Passiva .....	100
– Recebimento, em doação, de bens imóveis .....	150
– Contribuição de Melhoria decorrentes de obras públicas .....	110
– Amortização de Empréstimos concedidos .....	160
– Concessões e permissões de uso de bens públicos .....	170
– Ganhos com alienação de imobilizado .....	90
– Transferência financeira do Estado ao município para construção de duas creches .....	220

No que tange à classificação das receitas orçamentárias, segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, as receitas de capital contabilizadas somam, em R\$,

- (A) 1.100.  
 (B) 1.210.  
 (C) 1.250.  
 (D) 1.270.  
 (E) 1.190.



69. No Balanço Patrimonial do exercício de 2015, da Autarquia Hospitalar Federal do Sudeste, o valor total do ativo é de R\$ 880.760.000. Desse montante, 25% referem-se ao Ativo Circulante. Segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, NÃO se classifica no Ativo Circulante, a conta identificada pelo código:
- (A) 1.1.2.6.0.00.00 – Dívida Ativa não Tributária.
  - (B) 1.1.3.1.1.01.00 – Adiantamentos Concedidos a Pessoal.
  - (C) 1.2.1.1.1.01.00 – Créditos Tributários a Receber.
  - (D) 1.1.1.1.0.00.00 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional.
  - (E) 1.1.2.4.0.00.00 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos.

70. O Contador de determinada entidade do setor público para elaboração do Balanço Financeiro do Exercício de 2015 obteve as seguintes informações contábeis:

	(em R\$)
– Saldo em Espécie do Exercício Anterior.....	25.500
– Pagamentos Extraorçamentários – Valores Restituíveis.....	5.000
– Receita Orçamentária – Vinculada.....	75.000
– Despesa Orçamentária Ordinária.....	168.500
– Recebimentos Extraorçamentários – Inscrição em Restos a Pagar.....	48.500
– Receita Orçamentária Ordinária.....	185.000
– Despesa Orçamentária Vinculada.....	72.500
– Recebimentos Extraorçamentários – Valores Restituíveis.....	7.500
– Pagamentos Extraorçamentários – Restos a Pagar.....	73.500

Considerando a estrutura do Balanço Financeiro, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Demonstrações Contábeis), o “Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte” soma, em R\$,

- (A) – 9.000.
- (B) – 44.500.
- (C) – 22.000.
- (D) – 47.000.
- (E) – 19.000.

### Orçamento Público

71. Um Analista Judiciário – Especialidade Contadoria verificou a peça orçamentária do Poder Judiciário Federal e constatou que foi incluída a concessão de isenção para determinadas taxas judiciais. Esse aspecto feriu o princípio orçamentário da
- (A) especificação.
  - (B) programação.
  - (C) universalidade.
  - (D) exclusividade.
  - (E) clareza.
72. A Constituição Federal de 1988, no que é pertinente ao orçamento público, estabelece que
- (A) o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais devem ser elaborados mediante lei de iniciativa dos Poderes Executivo e Legislativo.
  - (B) o relatório resumido da execução orçamentária será publicado pelo respectivo Poder trinta dias após o encerramento do bimestre.
  - (C) normas de gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta devem ser feitas mediante lei complementar.
  - (D) emendas ao projeto de lei do orçamento anual devem ser apreciadas pela Câmara dos Deputados, cabendo ao Senado sua homologação.
  - (E) emendas ao projeto de lei do orçamento anual que indiquem recursos provenientes de anulação de despesa que incida sobre o serviço da dívida podem ser aprovadas desde que compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.



73. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em relação às emendas ao projeto de lei do orçamento anual que indiquem recursos provenientes de anulação de despesa, considere:
- I. Dotação para pessoal e seus encargos.
  - II. Transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios ou Distrito Federal.
  - III. Dotação para construção de fóruns.
  - IV. Dotação para aquisição de computadores pelo Poder Judiciário.

Entre outros requisitos, as emendas somente podem ser aprovadas se a anulação da despesa incidir sobre o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
  - (B) I e II.
  - (C) I e III.
  - (D) II, III e IV.
  - (E) I, II e IV.
- 
74. A Lei nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de Direito Financeiro, quanto a aspectos pertinentes à despesa pública, prevê que
- (A) transferências correntes são dotações para as despesas que correspondem a contraprestação direta de bens e serviços.
  - (B) unidade orçamentária é o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão a que serão consignadas dotações próprias.
  - (C) é vedada consignação de dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.
  - (D) na lei do orçamento a discriminação da despesa será feita, no mínimo, por unidade orçamentária.
  - (E) material permanente é o de duração superior a 12 meses.

75. O orçamento anual do TRF da 3ª Região para 2016 previu despesas com material de consumo, equipamentos e instalações, serviços de terceiros, salário-família e material permanente. Nos termos dispostos na Lei nº 4.320/1964, essas despesas são classificadas, respectivamente, como
- (A) despesas de custeio, investimentos, despesas de custeio, transferências correntes e investimentos.
  - (B) despesas de custeio, inversões financeiras, transferências correntes, transferências correntes e transferências de capital.
  - (C) transferências correntes, investimentos, despesas de custeio, despesas de custeio e investimentos.
  - (D) transferências correntes, transferências de capital, transferências correntes, despesas de custeio e inversões financeiras.
  - (E) despesas de custeio, investimentos, transferências correntes, despesas de custeio e despesas de custeio.

76. A Lei nº 4.320/1964, estabelece que a dívida ativa é um
- (A) crédito da Fazenda Pública classificado como processado e não processado.
  - (B) crédito da Fazenda Pública e essa receita abrange créditos tributários e não tributários, cujo recebimento não está sujeito à atualização monetária.
  - (C) débito da Fazenda Pública que deve ser pago por meio de precatórios.
  - (D) débito da Fazenda Pública escriturado como despesa do exercício em que for paga.
  - (E) crédito da Fazenda Pública e sobre o recebimento dessa receita inclui multa e juros de mora incidentes sobre o encargo de que trata.



77. Sobre as formas de ingresso de receita, considere:

- I. Originário ou derivado.
- II. Ordinário ou extraordinário.
- III. De natureza orçamentária ou extraorçamentária.
- IV. Geral ou vinculado.

Nos termos do Decreto nº 93.872/1986, considera-se receita da União todo e qualquer ingresso que tenha sido decorrente, produzido ou realizado direta ou indiretamente pelos órgãos competentes, desde que na forma que consta em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

78. Sobre as regras para a realização da despesa, considere:

- I. Imputação de dotação global.
- II. Imputação de dotação descentralizada por unidade administrativa.
- III. Atribuição de fornecimento ou prestação de serviços cujo custo excede os limites previamente fixados em lei.
- IV. Empenhamento contemporâneo à realização da despesa em razão de urgência caracterizada na legislação em vigor.

Nos termos do Decreto nº 93.872/1986, constitui vedação para a realização da despesa se ocorrido o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

79. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, os limites da despesa total com pessoal da União e do Poder Judiciário Federal, respectivamente e em percentual da receita corrente líquida em cada período de apuração, são, em %,

- (A) 60 e 6.
- (B) 60 e 60.
- (C) 50 e 50.
- (D) 50 e 6.
- (E) 60 e 50.

80. A Lei Complementar nº 101/2000, no que se refere ao controle da despesa com pessoal, estabelece que

- (A) a verificação do cumprimento dos limites para a despesa com pessoal deve ser realizada anualmente, ao final do exercício.
- (B) é vedado ao Poder que exceder a 90% do limite para a despesa com pessoal a criação de cargo, emprego ou função.
- (C) em regra geral, é permitida a contratação de qualquer espécie de operação de crédito, ainda que extrapolado 100% do limite para a despesa com pessoal e não tenha ocorrido a recondução no prazo previsto em lei.
- (D) é vedada a contratação de hora extra, sob qualquer hipótese.
- (E) mesmo que o Poder exceda a 95% do limite para a despesa com pessoal pode haver reposição decorrente de falecimento de servidor para a área da segurança.



81. Quanto ao Relatório de Gestão Fiscal, a Lei Complementar nº 101/2000, estabelece que
- (A) a versão simplificada desse relatório também é um instrumento de transparência da gestão fiscal.
  - (B) será publicado trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
  - (C) o referente ao último bimestre do exercício será acompanhado de demonstrativo de variação patrimonial.
  - (D) conterá demonstrativos relativos aos resultados nominal e primário.
  - (E) deve apresentar as justificativas da limitação de empenho, se for o caso.
- 
82. Nos termos definidos pela Constituição Federal de 1988, o Poder Judiciário Federal, que inclui o TRF da 3ª Região, está submetido a uma fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Se, nesse contexto, um determinado ato de despesa for impugnado pelo controle externo, sua execução poderá ser sustada
- (A) pela Câmara dos Deputados, que comunicará a decisão ao Senado.
  - (B) pela Câmara dos Deputados, que comunicará a decisão ao Presidente da República.
  - (C) pelo Tribunal de Contas da União, que comunicará a decisão ao Presidente da República.
  - (D) pelo Tribunal de Contas da União, que comunicará a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado.
  - (E) pelo Senado, que comunicará a decisão ao Presidente da República.
- 
83. Em uma licitação para bens e serviços ocorreu empate entre as propostas. Considere:
- I. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
  - II. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
  - III. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
  - IV. Produzidos no País.
- Nos termos da Lei nº 8.666/1993, em condições de igualdade, como critério de desempate, será assegurada preferência pela ordem, sucessivamente, aos itens
- (A) I, II, III e IV.
  - (B) IV, I, II e III.
  - (C) IV, II, III e I.
  - (D) II, IV, I e III.
  - (E) II, IV, III e I.
- 
84. A Lei nº 8.666/1993 estabelece quais são as condições que podem ser exigidas para fins de comprovação da qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e de regularidade fiscal das empresas interessadas em participar de uma licitação. Nesse contexto, considere:
- I. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com a obra ou serviço licitado por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público e privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes.
  - II. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com limitação de tempo ou em locais específicos, por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público e privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes.
  - III. Metodologia de execução para licitações de alta complexidade técnica.
- É condição habilitatória para comprovação da qualificação técnica passível de ser exigida em procedimentos licitatórios o que consta em
- (A) I, II e III.
  - (B) I, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) I e III, apenas.



85. A Lei nº 8.666/1993 admite a hipótese de o edital autorizar a participação das empresas em processo licitatório na forma consorciada. Sobre esse tema, considere:
- I. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá àquela que comprovar maior capacidade financeira.
  - II. As condições de liderança do consórcio deverão estar previstas no edital.
  - III. As condições habilitatórias dispostas no edital deverão ser atendidas por cada empresa integrante do consórcio, sendo admitido o somatório de quantitativos para fins de qualificação técnica e dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, para fins de qualificação econômico-financeira.
  - IV. O edital pode estabelecer para qualquer tipo de composição consorcial um acréscimo de 30% em relação aos valores exigidos para a licitante individual para a comprovação da qualificação econômico-financeira.

É regra estabelecida para a participação consorciada em licitações o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e III.

---

#### Auditoria

86. A Resolução CFC nº 986/2003 (NBC TI 01), no que se refere aos papéis de trabalho, estabelece que
- (A) são ferramentas destinadas apenas ao registro em meio físico, que devem ser organizadas e arquivadas de forma sistemática e racional.
  - (B) são documentos e registros dos fatos, informações e provas obtidos no curso da auditoria para dar suporte à opinião do auditor.
  - (C) devem ter abrangência superficial, uma vez que se trata de ferramenta de suporte.
  - (D) não é ferramenta adequada para proporcionar a compreensão da extensão dos procedimentos de auditoria aplicados.
  - (E) a boa prática dos trabalhos não recomenda que sejam anexados a outros tipos de documentos.

- 
87. Acerca dos termos regulados pela Resolução CFC nº 986/2003 (NBC TI 01), considere:

- I. A análise deve ser executada no curso da auditoria.
- II. Estão relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos.
- III. Deve ser levado em conta a extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas.
- IV. Deve ser considerada a verificação e a comunicação de eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria interna.

É regra atinente aos riscos de auditoria o que consta em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.



88. Um auditor interno, em um primeiro momento, verificou a necessidade de fazer testes para verificação de registros, documentos e ativos tangíveis. Depois, também constatou a necessidade de acompanhar a execução de procedimentos específicos. Nos termos regulados pela Resolução CFC nº 986/2003 (NBC TI 01), para a consecução desses dois objetivos deverá realizar, respectivamente,
- (A) testes de observância, na modalidade inspeção e testes substantivos, na modalidade inspeção.
  - (B) testes substantivos, na modalidade confirmação e testes de observância, na modalidade investigação.
  - (C) testes substantivos, na modalidade confirmação e testes de observância, na modalidade inspeção.
  - (D) testes de observância, na modalidade investigação e testes de observância, na modalidade inspeção.
  - (E) testes de observância, na modalidade inspeção e testes de observância, na modalidade observação.
- 
89. Um auditor interno precisou determinar a extensão de um teste de auditoria para proporcionar evidência suficiente e apropriada. Nos termos regulados pela Resolução CFC nº 986/2003 (NBC TI 01), essa determinação pode ser alcançada por meio do uso da técnica de
- (A) amostragem.
  - (B) normatização.
  - (C) dimensionamento.
  - (D) ajustamento.
  - (E) projeção.
- 
90. Um auditor independente verificou que o valor de uma demonstração contábil, antes da auditoria, era diferente daquele exigido de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Nos termos da NBC TA 200, a possibilidade dessa diferença ser relevante é considerada um risco de
- (A) auditoria.
  - (B) distorção relevante.
  - (C) asseguração razoável.
  - (D) derivado do julgamento profissional.
  - (E) derivado do ceticismo profissional.
- 
91. A NBC TA 200 dita que o auditor deve emitir opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes. Todavia, a forma que essa opinião será emitida depende
- (A) da estrutura de relatório financeiro e de lei ou regulamento aplicáveis.
  - (B) do organograma da entidade auditada.
  - (C) da experiência do auditor.
  - (D) do contrato de trabalho celebrado entre o auditor independente e a entidade auditada.
  - (E) das evidências de auditoria encontradas.
- 
92. Nos termos da NBC TA 200, na condução de auditoria de demonstrações contábeis, são exigidos integridade, objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e comportamento profissional. Esses aspectos são expressamente denominados
- (A) regras de conduta profissional.
  - (B) normas de auditoria relacionadas ao auditor.
  - (C) princípios fundamentais de ética profissional.
  - (D) princípios de conduta profissional do auditor.
  - (E) regras de conduta e comportamento do auditor.



93. Nos termos da NBC TA 230, considere:

- I. Identificação de quem revisou o trabalho de auditoria executado.
- II. Discussões de assuntos significativos com a administração.
- III. Informações referentes a um assunto significativo que são inconsistentes com sua conclusão final.
- IV. Não atendimento pelo auditor de um requisito relevante de uma norma.
- V. Circunstâncias identificadas após a data do relatório do auditor.

Deve ser objeto de documentação pelo auditor o que consta em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II, III e V, apenas.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) II, IV e V, apenas.

94. Nos termos da NBC TA 240, considere:

- I. Erro que resulta em distorção nas demonstrações contábeis.
- II. Distorção decorrente de informações fraudulentas.
- III. Distorção decorrente de apropriação indébita de ativos.

É distorção intencional pertinente para o auditor o que consta em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

### Matemática Financeira

95. Em um contrato é estabelecido que uma pessoa deverá pagar o valor de R\$ 5.000,00 daqui a 3 meses e o valor de R\$ 10.665,50 daqui a 6 meses. Esta pessoa decide então aplicar em um banco, na data de hoje, um capital no valor de R\$ 15.000,00, durante 3 meses, sob o regime de capitalização simples a uma taxa de 10% ao ano. No final de 3 meses, ela resgatará todo o montante correspondente, pagará o primeiro valor de R\$ 5.000,00 e aplicará o restante sob o regime de capitalização simples, também durante 3 meses, em outro banco. Se o valor do montante desta última aplicação no final do período é exatamente igual ao segundo valor de R\$ 10.665,50, então a taxa anual fornecida por este outro banco é, em %, de

- (A) 10,8.
- (B) 9,6.
- (C) 11,2.
- (D) 12,0.
- (E) 11,7.

96. Dois capitais são aplicados sob o regime de capitalização composta a uma taxa de 10% ao ano. O primeiro capital foi aplicado durante 2 anos e o segundo durante 3 anos, apresentando um total de juros no valor de R\$ 1.680,00 e R\$ 1.986,00, respectivamente. A porcentagem que o segundo capital representa do primeiro é, em %, igual a

- (A) 80. **Dados:**  $1,10^2 = 1,210$  e  $1,10^3 = 1,331$
- (B) 75.
- (C) 60.
- (D) 100.
- (E) 90.



97. Em um país, a taxa de inflação em um determinado período foi de 10,5%. Um investidor, neste país, realizou uma aplicação no valor de R\$ 20.000,00 no início do determinado período e resgatou todo o montante no final. Sabendo-se que ele obteve uma taxa real de juros no período correspondente de 2%, tem-se que o valor do montante resgatado foi, em R\$, de
- (A) 22.521,00.  
 (B) 22.500,00.  
 (C) 21.700,00.  
 (D) 22.542,00.  
 (E) 22.066,00.

98. Uma instituição financeira divulga que a taxa de juros nominal para seus tomadores de empréstimos é de 24% ao ano com capitalização mensal. Isto significa que a taxa efetiva bimestral correspondente é de
- (A)  $[(\sqrt[6]{1,24} - 1)]$   
 (B)  $[2x(0,24 \div 12)]$   
 (C)  $[2x(12\sqrt[12]{1,24} - 1)]$   
 (D)  $\{[1 + (0,24 \div 12)]^2 - 1\}$   
 (E)  $[(12\sqrt[12]{1,24} - 1)^2]$

99. A tabela abaixo fornece os valores recebidos por uma empresa, na data de hoje, correspondentes aos descontos de 3 títulos em um banco. A taxa de desconto utilizada pelo banco é de 18% ao ano para qualquer operação.

Título	Prazo até o vencimento	Valor recebido	Operação utilizada
1	2 meses	R\$ 19.000,00	Desconto racional simples
2	3 meses	X	Desconto comercial simples
3	5 meses	R\$ 18.500,00	Desconto comercial simples

Observação: X é o valor recebido pela empresa referente ao Título 2.

Se a soma dos valores nominais dos 3 títulos é igual a R\$ 50.000,00, então X é, em R\$, igual a

- (A) 9.960,65.  
 (B) 10.056,15.  
 (C) 9.769,65.  
 (D) 10.247,15.  
 (E) 9.865,15.
100. Um título de valor nominal igual a R\$ 18.522,00 vencerá daqui a 3 trimestres. Sabe-se que ele será resgatado antes do vencimento, segundo o critério do desconto racional composto, a uma taxa de juros de 5% ao trimestre.

Supondo-se que a primeira opção será resgatar o título 2 trimestres antes do vencimento e a segunda opção será resgatar o título 1 trimestre antes do vencimento, o valor de resgate do título referente à segunda opção supera o valor de resgate do título referente à primeira opção, em R\$, em

- (A) 926,10. **Dados:**  $1,05^2 = 1,102500$  e  $1,05^3 = 1,157625$   
 (B) 882,00.  
 (C) 900,00.  
 (D) 800,00.  
 (E) 840,00.